

O léxico sob perspectiva: contribuições da Lexicologia para o ensino de línguas

Miriam Martinez Guerra*
Karylleila de Santos Andrade^o

Resumo: O presente artigo foca a questão do léxico no ensino de língua, baseando-se nos estudos advindos da área de conhecimento da Lexicologia. Buscamos refletir sobre o ensino do léxico e alguns pontos fundantes da Lexicologia. Parte-se do princípio de que o ensino de língua, em especial, o ensino de língua materna, tem presenciado um cenário de fracasso escolar, mostrado pelos índices educacionais nacionais. Isto tem sido fator propulsor para se pensar sobre um panorama de transformação para o ensino. Tanto estudiosos quanto documentos oficiais que tratam da educação básica têm pensado no ensino com perspectiva de mudanças. A Lexicologia, enquanto área do conhecimento que trata diretamente da língua, pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de língua, em especial, o de língua portuguesa.

Palavras-chave: léxico; ensino; Lexicologia.

Abstract: This paper focus on the lexicon question in language teaching based on Lexicology studies, as an area of knowledge that treats the lexicon. In this paper, we reflect on the language teaching and some bottom issues of Lexicology. We depart from the principle that language teaching, in particular the teaching of mother tongue, has witnessed a scene of school failure which is shown by the national educational indexes. This fact has been a driving force to think about a transformation perspective to education. Both scholars and official documents dealing with basic education have been thinking in it with the prospect of change. The Lexicology, as an area of knowledge that deals directly with the language, can contribute to improving the quality of language teaching, especially the Portuguese language.

Keywords: lexicon; language teaching; Lexicology.

Introdução

O que propomos neste estudo teórico é refletir sobre alguns dos conceitos fundadores apresentados pela Lexicologia e que envolvem o ensino do léxico, entrelaçando alguns pontos registrados em documentos oficiais voltados ao ensino de língua materna.

Nossa intenção não é formular um plano didático para o ensino de línguas, mas buscar aproximar conceitos estritamente teóricos, advindos de uma área específica da linguagem, com os modos de pensar o contexto de ensino presentes em documentos

* Mestranda do programa de pós graduação em Letras - Mestrado em Ensino de Línguas e Literatura, UFT.

^o Doutora em Linguística (USP) e professora no PPGL/MELL – Universidade Federal do Tocantins.

oficiais. A base teórica que construímos se dá em cinco pontos relevantes para pensarmos sobre o contexto de ensino da língua.

1. Breves traços sobre o ensino de língua materna

Falar sobre o ensino de línguas pode nos levar a buscar pela memória uma forma de ensinar baseada em concepções de um paradigma aparentemente ultrapassado, embasado nas ideias positivistas que refletiam ou refletem numa metodologia de como ensinar uma língua. Pode também nos fazer lembrar de listas intermináveis de exercícios mecânicos, focados em palavras ou frases isoladas de um contexto e, de certa maneira, isoladas da realidade social dos educandos inseridos no processo de ensino e de aprendizagem de línguas, materna ou estrangeira.

O ensino descontextualizado, ou aquele que não considera os aspectos semânticos, pode remeter ao mecanicismo e não fazer sentido a quem aprende. Acreditamos não ser imprudente considerarmos esses modos de entender o ensino de línguas como pontos relevantes a serem percebidos como parte do sentimento de fracasso escolar referente ao ensino de línguas.

Esse suposto fracasso pode ser numericamente percebido quando nos deparamos com os resultados obtidos nas últimas décadas e evidenciados pelos índices educacionais (Sistema de Avaliação do Ensino Básico - SAEB e a Prova Brasil), que vêm demonstrando o estado de dificuldades que se encontra o ensino de línguas brasileiro.

Para os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (PCN, 1997), os altos índices de repetência nas séries iniciais são números diretamente ligados à dificuldade que a escola tem de ensinar a ler e a escrever.

Tais índices de repetências são “inaceitáveis mesmo em países muito mais pobres” (PCN, 1997, p. 19). Esse panorama demonstra a necessidade de repensar tanto os modos de ensinar, ou seja, a metodologia utilizada para ensinar línguas na escola, quanto o arcabouço teórico que vá ao encontro às necessidades apontadas.

O cenário de crises no ensino de língua tem representado um motor propulsor para buscarmos a superação desse panorama, assim como a melhora da qualidade do ensino de língua no país. Melhora que deve partir dos cursos de formação dos

professores brasileiros, leiam-se a formação no âmbito acadêmico. Uma vez que é na academia que ocorre a formação inicial dos professores e, neste tempo, inicia-se o processo de construção dos saberes (TARDIF, 2011) dos professores; ligações entre aspectos teóricos e aspectos práticos da profissão docente começam a ser estabelecidos pelo educando. Nesse sentido, a formação inicial do professor pode implicar mudança nas concepções de ensino e entendimento da realidade escolar do futuro professor.

Se considerarmos a perspectiva histórica iremos notar que as tentativas de superação dessa *suposta crise* não se iniciou agora. Através dos tempos, as concepções de ensino têm sofrido transformações significativas. Superamos o pensamento dos anos 1960 que buscavam a causa do fracasso no aluno. A partir dos anos 1980, a concepção do ensinar e do aprender sofre mudanças, ou seja, novos conhecimentos teóricos levaram os educadores a compreenderem aspectos importantes sobre o processo de aprendizagem da leitura e da escrita (PCN, 1997).

Desde a década de 80 (período de democratização do acesso à educação formal no Brasil), o ensino de língua portuguesa tem sido o centro de discussão acerca da necessidade de melhorar a qualidade da educação no país (PCN, 1997). Digamos que essa necessidade se estende ao ensino de línguas estrangeiras também.

O advento de documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais, contribuiu para uma visão transformadora do ensino de língua materna no Brasil, tanto nas concepções teóricas quanto no ideal de uma prática pedagógica.

Esses documentos podem orientar o trabalho do professor em seu fazer diário na sala de aula. São norteadores, mas *não obrigatórios* para o professor, no sentido de que cabe ao educador querer conhecê-los e pensar seu planejamento segundo tais documentos.

Desejável seria que todo educador tivesse acesso e levasse em conta o que os documentos dizem a respeito do ensino de línguas, uma vez que se constituem em documentos relevantes para sua prática pedagógica.

É preciso considerar que todos esses referenciais são documentos que devem se integrar à prática docente do professor, não como uma atribuição de leitura obrigatória, dissociado de uma reflexão de sua prática, mas como um elemento que faz parte do Ser docente, de seu saber-ser e saber-fazer.

Ao ressaltarmos a relevância de se levar em consideração os documentos oficiais mencionados, não desejamos atribuir mais uma *obrigação* ao professor, que já se vê sobrecarregado por inúmeras tarefas em meio ao cotidiano escolar. O trabalho docente abrange inúmeros saberes, teóricos e não-teóricos, e conhecer o que dizem esses documentos

2. Mudanças no ensino de línguas

O trabalho docente não está restrito à sala de aula. No dia-a-dia o professor necessita lidar com os acontecimentos que envolvem o mundo e respingam no ensino de línguas. O contexto de ensino de línguas situa-se em meio às crises próprias dos *tempos líquidos* (BAUMAN, 2007) e está em constantes mudanças, inclusive nas concepções de como ensinar.

As sociedades desse tempo estão permeadas num contexto caótico, tanto em âmbitos econômicos e políticos quanto identitários. As crises nas instituições sociais favorecem a falta de qualidade na formação de professores e a permanência do aparente estado de fracasso na escola. Ao mesmo tempo em que aponta a urgência de transformação no ensino de línguas para que, de fato, haja o aprendizado da leitura e da escrita na escola, conforme os PCN revelam.

Hoje, novas práticas são necessárias para o ensino de línguas. Os saberes teóricos e os da prática têm de ser articulados. Pensar sobre novas táticas para o ensino de línguas implica considerar nosso contexto social e educacional de fracasso escolar, evidenciado quantitativamente, por meio do SAEB e da prova Brasil.

Em tempos pósmodernos, entre as novas formas de pensar o fazer docente, como os diversos autores afirmam (FAZENDA, 2008; JAPIASSU, 2006; MORAIS, 1997; MORIN, 1999;), somos levados a refletir sobre o ato de abranger conceitos teóricos e não mais restringi-los numa “caixa” de conhecimento. Incitam-nos, assim, a abarcar fundamentações teóricas de diferentes e novas áreas para pensar o ensino de maneira global, integrando as partes ao *todo*.

Não vale mais a visão unilateral sobre a prática docente, há que se considerar o ensino como não simplificado ou focado numa só área do conhecimento. O pensamento cartesiano já não é mais válido. O que vale dizer que o ensino da língua não deve

restringir-se a exercícios mecânicos voltados somente a uma única área do conhecimento.

Dada a situação de crise no ensino, fica evidente a necessidade de um novo *pensar e fazer*. É preciso pensar a formação do professor como alguém capaz de ver as situações cotidianas de forma não herméticas, não estanques¹.

Ao buscarmos possibilidades inovadoras e transformadoras do fazer docente para o ensino de língua (que visem à educação interdisciplinar e a transdisciplinar) temos de considerar alguns pontos relevantes, como: a concepção de linguagem/língua/palavra. Faz-se necessário olharmos, então, para áreas do conhecimento que tratam dessas noções, ação essa que se constitui numa atitude para promover alguma mudança no quadro de fracasso instaurado no ensino de línguas neste país.

Pensando nessa perspectiva de mudança, uma área da Linguística que tem muito a contribuir com o ensino de línguas é a Lexicologia. A lexicologia fundamenta-se no estudo científico do conjunto de palavras de uma determinada língua sob diversos aspectos.

3. Sobre os estudos da Lexicologia – alguns recortes

A Lexicologia é uma área do conhecimento que nasce no âmbito da Linguística, entrelaçando conceitos teóricos advindos de diversas subáreas da Linguística, como nos faz entender Lorente (2004), num tecer de fios sobre a língua.

Quando entendida como disciplina, a lexicologia se ocupa do léxico das línguas de forma completa e integrada (LORENTE, 2004). O léxico situa-se numa intersecção linguística que absorve informações advindas de caminhos diversos, ou seja, da fonética e da fonologia; da semântica; da morfologia; da sintaxe e das situações comunicativas, ou seja, da pragmática.

¹A racionalidade limitada (própria da concepção positivista) levou a uma crise geral dentre os saberes institucionalizados. Tardif (2002) irá dizer sobre uma crise instaurada no profissionalismo de maneira geral, abrangendo também a profissão docente. Daí a necessidade de se repensar as políticas públicas educacionais e a existência de documentos voltados ao processo de ensino e aprendizagem, como os PCN.

O objeto principal de estudo da lexicologia é a *palavra*. É por meio dela que criamos frases e textos, enfim, efetuamos a escrita. A palavra é elemento fundante na língua e se realiza por meio da linguagem.

Ainda que altamente relevante para tratar da língua, o termo palavra foi renegado por décadas pelos estruturalistas, pelas teorias sintagmáticas e pela Gramática Gerativa, afirma Biderman (2001). Não havia interesse científico em conceituar ou teorizar *palavra*. Tal falta de interesse pode ter ocorrido por ser um assunto, a noção de palavra, muito delicado para o linguista, segundo Lenneberg (1967, *apud* BIDERMAN, 2001).

A Lexicologia preocupa-se com a *noção de palavra* e nos dá pistas sobre modos de lidar com o *ensino do léxico*. Esses são dois assuntos que têm causado grandes discussões no âmbito acadêmico. Tentaremos aqui expor brevemente alguns pontos acerca de tais assuntos:

3.1 A noção de palavra

O conceito de palavra foi considerado pré-científico por André Martinet. Segundo Biderman (2001), Holt afirmou que a palavra poderia ser banida da linguística. De fato muitos linguistas demonstraram certo radicalismo em relação à palavra, haja vista as teorias de L. Boomfield, Hocket e Z. Harris².

Embora alguns linguistas tenham deixado de lado o conceito de palavra, ao longo do tempo notou-se que não se poderia abandonar totalmente a noção de palavra, uma vez que é conceito base para outras noções, como a de frase, de morfologia e de sintaxe. Vale lembrar que o sistema da gramática clássica foi embasado no eixo *palavra-frase* (BIDERMAN, 2001).

Se de um lado havia linguistas que se distanciaram da noção de palavra, de outro lado, dois linguistas, Sapir e Whorf, destacaram-se na década de 1950 e 60 por propor uma hipótese baseada num novo modo de conceber a noção de palavra. Trouxeram a

²Boomfield identifica palavra como elemento que se constitui em uma forma livre mínima (trabalh...) e opõe-se ao sintagma, forma livre não-mínima (...ADOR). Harris e Hockett entendiam a palavra como algo irrelevante (BIDERMAN, 2001).

realidade social como algo que reflete na palavra do falante, ser social inserido num determinado meio cultural.

Em estudo posterior, Whorf retoma o conceito de palavra. Agora a *relatividade* é algo que remete ao conceito de palavra, ou seja, para o autor não havia na palavra um valor absoluto, uma vez que cada língua demonstra uma realidade e traduz esse contexto em categorias linguísticas e mentais exclusivas. O valor da palavra “deve ser comparado ao de uma moeda – o dólar, por exemplo – que oscila de país para país.” (BIDERMAN, 2011, p. 114).

Nota-se que para ambos os autores, Sapir e Whorf, a língua traduz o mundo e a realidade, ou seja, reflete a cosmovisão intrínseca nas categorias gramaticais e léxicas utilizadas pelo indivíduo. A noção de palavra, segundo esses estudiosos, é composta por uma visão mais ampla, abrange aspectos antes vistos como exteriores à língua.

Ullmann foi um linguista que realizou estudos significativos para entendermos a concepção de palavra. Voltou-se para os *sentidos* produzidos por meio das palavras. Definiu palavra como uma “unidade semântica mínima do discurso” (*apud* BIDERMAN, 2001, p.151). Para esse linguista, se houvesse unidades gramaticais significantes e menores do que a palavra seriam unidades sem significação autônoma. Esse autor entendia a palavra como uma unidade semântica indecomponível. A noção de palavra aqui ultrapassa a *forma* da palavra, somos remetidos também a possíveis sentidos nela arraigados.

Outros linguistas conceberam a noção de palavra. Para Genouvrier e Peytard (1985), a palavra é algo que devemos *fixar a atenção*. Esses linguistas entendem que nenhuma outra noção é mais ambígua que a noção de palavra. “Nós a utilizamos em qualquer circunstância, pedagógica ou não, certos de que ela designa uma unidade definida que seus limites não são problemáticos” (p. 277).

Por meio de vozes de diferentes linguistas, com distintas proposições em relação à palavra, notamos que, ao longo do tempo, embora o conceituar *palavra* tenha sido conflituoso, a maioria dos linguistas entendem a relevância desse termo e não o descartam completamente.

O objeto de estudo que a Lexicologia tomou para si é complexo, uma vez que engloba saberes diversos. Por meio de diferentes estudiosos, como Sapir e Whorf, a Lexicologia recorre a diversas áreas do conhecimento como a Antropologia, a

Sociologia e a Semântica para refletir sobre a noção de palavra. Constroem-se, assim, saberes teóricos relevantes para embasar o ensino do léxico e do vocabulário.

3.2 O ensino do léxico

O ensino do léxico, segundo Barbosa (2009), tem sido preocupação de pesquisadores tanto da Lexicologia, quanto das áreas irmãs – a Lexicografia e a Terminologia. Essa preocupação está pautada no fato de o ensino do léxico não ter grande destaque em meio às instituições de ensino. E

é, até mesmo, frequentemente esquecido ou desconhecido, no tocante aos modelos e aplicações, de que resulta, qualitativa e quantitativamente, um baixo rendimento, não só na matéria específica da língua materna, como também em todas as demais, eis que todas se realizam em linguagem (BARBOSA, 2009, p. 31).

Ensinar o léxico compreende levar em consideração alguns conceitos base: o conceito de léxico e de vocabulário, que aqui vamos brevemente comentar.

O léxico pode ser entendido enquanto sistema aberto e em constante expansão. Não se cristaliza porque é algo vivo, em constante transformação (BIDERMAN, 2001). Tal qual a ideia de galáxia, onde há universos de limites imprecisos e indefinidos. Numa determinada ordem terminológica, o léxico compreende um conjunto de todas as palavras a disposição do locutor, num determinado tempo (GENOUVRIER; PEYTARD 1985). Cabe a ele empregá-las e compreendê-las oportunamente, utilizando das palavras que constituem seu arcabouço lexical (léxico individual).

O vocabulário é o conjunto de palavras que o locutor utiliza no momento num ato de fala preciso. Também é a atualização de certo número de palavras pertencentes ao léxico individual do locutor (GENOUVRIER; PEYTARD, 1985).

Ambos os conceitos são elementos presentes no contexto sócio-pedagógico, lugar onde se dá o trabalho prático do professor. No trabalho com a palavra, há que se considerar a relação de proximidade entre os conceitos de vocabulário e de léxico. O vocabulário é sempre uma parte do léxico individual e este faz parte do léxico num sentido mais amplo, o global. O léxico global compreende o conjunto de palavras vigentes ou circulantes num determinado momento sócio-histórico.

Nesse encadeamento de conceitos envolvendo o léxico, o *meio social* tem papel relevante no processo de ensino e aprendizagem. O meio implica diretamente na seleção e no enriquecimento das palavras que o aluno (primeiramente internalizou e memorizou) seleciona no momento de fala, do uso efetivo da língua, da palavra.

É na experiência cotidiana, em meio a realidade sócio-cultural, que o indivíduo armazena na memória novas palavras em seu acervo lexical individual. Num processo contínuo que perpassa a vida do indivíduo. “No processo de aquisição da linguagem o léxico é o domínio cuja aprendizagem jamais cessa, durante a vida toda do indivíduo” (BIDERMAN, 2001, p. 180). Junto à influência do meio no processo de aquisição do léxico há o papel da instituição escolar, ou seja, do ensino formal primordial nesse processo de aprendizagem.

4. A escola e o ensino do léxico

Ao longo dos nove anos da educação básica, a escola tem papel fundamental na promoção e ampliação do conhecimento prévio dos educandos, considerando seus diferentes níveis de conhecimento prévio. É esperado que “cada aluno se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulam socialmente, de assumir a palavra e, como cidadão, de produzir textos eficazes nas mais variadas situações” (BRASIL, 1997, p. 21).

O conhecimento de diversos gêneros textuais, ainda que escolarizados ou ensinados pela escola fora de seu contexto real de uso, contribui para que o educando aprenda a utilizar adequadamente seu arcabouço lexical nas diferentes situações da vida cotidiana.

É na escola que a “cultura verbal” será completada e compensada (GENOUVRIER; PEYTARD, 1985, p. 284). Para os autores, uma das funções do professor de línguas é explicar o *sentido* e o *uso* das palavras, inclusive as de terminologia técnica.

No entanto, os modos de ensinar a língua materna ou estrangeira não parecem focar no uso e no sentido das palavras. O ensino da língua materna, por exemplo, tem sido marcado por uma “sequenciação de conteúdos que se poderia chamar de aditiva:

ensina-se a juntar sílabas (ou letras) para formar palavras, a juntar palavras para formar frases e a juntar frases para formar textos” (BRASIL, 1997, p. 28).

Para os PCN de língua materna (1997), a questão central no ensino de língua é a competência discursiva. O ensino de língua quando não contextualizado, baseado em juntar sílabas ou letras para formar palavras, contribui muito pouco para que o aluno saiba lidar com a língua nas diferentes esferas sociais.

Não é possível tomar como unidade básica de ensino nem a letra, nem a sílaba, nem a palavra, nem a frase de maneira descontextualizada (PCN, 1997, p. 21), sem considerar os sentidos e uso da palavra. A contextualização da palavra deve ser praticada, assim como as relações que ela estabelece com as outras palavras. “A palavra só tem significado na frase, e esta no texto” (GENOUVRIER; PEYTARD, 1985).

Se, por um lado, o papel da escola é promover indivíduos comunicativamente competentes e se, por outro lado, o professor tem a tarefa de contribuir para o aumento do léxico individual do aluno, devemos considerar que o professor de línguas não tem mecanismos para controlar completamente esse enriquecimento lexical do aluno. O professor “não percebe nunca a totalidade do léxico de seu aluno”, segundo Genouvrier e Peytard (1985, p. 280). E no ato de fala, o aluno não utiliza nunca a totalidade de seu léxico.

Considerando as afirmações acima e nos baseando na pergunta já feita por Genouvrier e Peytard (1985), (“como ampliar o acervo lexical dos alunos?”), de que modos nós educadores de língua, poderíamos pensar sobre a construção de uma didática para o ensino do léxico?

Cabe ressaltar que o termo “didática” aqui não remete a uma simplificada receita, mas sim ao fruto da reflexão do professor sobre maneiras de atrelar seu conhecimento teórico e os fazeres práticos do docente de língua com as necessidades de desenvolvimento das habilidades discursivas dos educandos.

É clara a necessidade de o professor buscar conceitos teóricos para refletir e melhorar seu próprio fazer em sala de aula. E, nesse sentido, os conceitos teóricos advindos da Lexicologia e a ideia dessa abordagem teórica como área de aplicação, para além de uma teoria única, com a Lexicologia Aplicada, propicia ao educador e aos alunos uma visão abrangente sobre o ensino do léxico e do vocabulário, por compreender diversos saberes disciplinares relevantes para o ensino de línguas.

Ao conceber o ensino do léxico como algo relevante para promover a habilidade discursiva do educando, conceitos como o de léxico e o de vocabulário terão de ser abordados pelo docente. Palavras que compõem o léxico global, ou seja, aquelas socialmente circulantes, incluindo as gírias e os estrangeirismos poderão entrar no contexto de ensino. Tais palavras, enquanto parte do léxico individual dos alunos, fazem parte do conhecimento prévio desses educandos.

As palavras do conhecimento prévio dos alunos constituem seu vocabulário, ou seja, as palavras que esses falantes usam no cotidiano. Essas palavras familiares para os alunos podem servir como ponto de partida para o ensino da língua. Uma forma de valorizar as noções linguísticas que eles trazem consigo, ao longo de suas vivências fora do ambiente escolar.

Ao mesmo tempo em que é uma maneira de o educador contextualizar o ensino de línguas, partindo de realidade do uso da língua e da palavra. Foge, assim, das situações hipotéticas (e muitas vezes simplificadoras) que ocorrem no processo de ensino e aprendizagem de línguas. O que simplifica e reduz a riqueza que os sentidos das palavras em suas formas reais de uso podem acarretar.

Esse modo abrangente de conceber o ensino de línguas pode contribuir para o alcance da interdisciplinaridade, ou seja, pode contribuir para uma relação dialógica entre os saberes disciplinarizados.

Em busca desse ideal interdisciplinar e dialógico para o ensino de línguas, procuraremos destacar os relevantes norteadores para o ensino de línguas, no sentido de nos levar a perceber que colaborações podem os PCN e as Orientações Curriculares trazerem para o ensino do léxico.

5. PCN e OCEM – o que dizem sobre o léxico...

Ao pensarmos sobre marcos legais relevantes para o ensino de línguas no nível básico da educação formal, somos automaticamente remetidos aos escritos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997; 2006), voltados à língua materna, proposto para o Ensino Fundamental, e os Orientadores Curriculares, voltados à língua materna e proposto para o Ensino Médio (BRASIL, 2006a), OCEM doravante. O que dizem tais documentos sobre o léxico?

Se considerarmos somente a presença da palavra “léxico”, nesses documentos oficiais, notaremos que aparecem pouquíssimas vezes. O termo “palavra” marca maior presença ao longo de ambos os documentos.

O termo *léxico* aparece nos PCN (1997) de língua materna em duas situações, ambas para falar do “tratamento didático”, um item presente no documento:

Se a produção de textos já merece bastante atenção no início da escolaridade, mais ainda a produção de textos por escrito. Isso porque, ao escrevê-los, os alunos se envolvem numa tarefa particularmente difícil para um aprendiz: a de coordenar decisões sobre o que dizer (organização das idéias ao longo do texto) com decisões sobre como dizer (**léxico**, recursos coesivos, etc.), com a tarefa, quase sempre mais lenta, de grafar (PCN, 1997, p. 69).

No que se refere aos aspectos discursivos, amplia-se o trabalho realizado anteriormente e, pela inclusão de novos gêneros de textos, aprofunda-se o tratamento de conteúdos referentes à organização dos elementos específicos desses diferentes gêneros, do tipo de relação que se estabelece entre eles, dos recursos coesivos utilizados, **léxico** adequado, etc. (PCN, 1997, p. 69)

Nos OCEM, o termo *léxico* aparece³ no item - “Concepção de língua e linguagem e práticas de ensino” - em uma única situação: “(...) o homem, em suas práticas orais e escritas de interação, recorre ao sistema linguístico – com suas regras fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e com seu **léxico**” (OCEM, 2006, p. 25).

Nos PCN (1997) de língua materna, o *léxico* aparece referindo-se ao conjunto lexical individual do aluno e a aplicação desses na prática da escrita. A adequação do uso do *léxico* é algo que deve ser compreendido pelo aluno. O *léxico* está inserido num contexto específico de uso da língua.

Nos OCEM (2006), o *léxico* aparece com elemento integrador do sistema linguístico. Procura-se situar a relação do locutor com seu meio social, lugar onde a linguagem é praticada.

Nota-se que nos documentos há referência à palavra *léxico* em situação de uso, embora em poucas vezes. O termo aparece sempre voltado à idéia do *léxico* individual.

³Vale ressaltar que aqui estamos focando o termo *léxico* voltado para a língua materna. Se formos considerar o surgimento do termo ao longo do OCME perceberemos que surge mais duas vezes, na parte que trata do ensino do Espanhol, sendo uma destas vezes numa citação.

Não estabelecem ligações entre léxico e vocabulário e nem situam o léxico individual em relação ao léxico global. Também não há esclarecimentos sobre a palavra *léxico*, dando a impressão de estar solta na oração presente no texto do documento.

De fato, ambos os documentos não conceituam “léxico”. As vezes que o léxico surge nos documentos o papel desempenhado pelo termo é de apêndice, não o de protagonista (ou seja, palavra em posição de relevância). Aparece entre parênteses ou em finais da oração, no entanto, sempre remetendo a uma informação a mais no texto. Talvez possamos dizer que o léxico aparece como palavra-apêndice nos textos desses documentos observados.

O que confirma as palavras de Barbosa (2009) quanto ao léxico não ter grandes destaques e, muitas vezes, ser esquecido ou até mesmo desconhecido por parte do professor e, conseqüentemente, do âmbito escolar. É o que acontece com o termo “vocabulário”, não há referências a vocabulário como possíveis palavras em uso pelo falante.

Termos básicos para o ensino do léxico não são abordados. O que os documentos oficiais tomam como relevante (e são) é o ensino da língua contextualizado, ou seja, preso ao sentido, sem palavras ou frases soltas ou fora de contexto, e o conhecimento prévio do aluno. No entanto, notam-se duas contradições entre os conceitos postos pela Lexicologia e o que dizem os documentos oficiais.

Ao mesmo tempo em que os documentos oficiais entendem como relevante o ensino contextualizado, ou seja, a frase ou palavra inserida num contexto maior, não parecem dar grandes evidências para noções básicas, como a noção de palavra delimitada pela área do conhecimento que estuda a língua.

E, ao mesmo tempo em que entendem o conhecimento prévio dos educandos como algo relevante para ser retomado no contexto de ensino de língua, não parecem considerar o vocabulário que trazem esses alunos para a sala de aula. O arcabouço lexical dos alunos parece ser pormenorizado ou esquecido, nos documentos, em prol do entendimento de que é na escola que ele irá aprender a *falar bem*. E esse falar bem remete ao falar segundo a gramática da língua culta. Muitas vezes longe da realidade sociocultural e sociolinguístico do aluno.

Podemos notar que há contribuições teóricas da área da linguagem que não estão sendo utilizadas para se pensar o ensino de línguas. Os documentos oficiais falham ao

tratar do ensino do léxico, mas, representam um passo importante no panorama do ensino de línguas no país.

Considerações Finais

A Lexicologia é uma teoria da área da linguagem que também pode contribuir positivamente para a ruptura com estado de crise no ensino de línguas, causado pelas antigas práticas de ensino.

A fim de elevar a qualidade do ensino de línguas, há que se ter contato com teorias para entrelaçar os fios com a prática docente. Conceitos base são requeridos para que se construa um fazer mais significativo para o ensino de línguas. A Lexicologia apresenta um entrelaçamento de áreas da linguagem que resulta em uma forma complexa de ver a noção de palavra e o ensino do léxico e do vocabulário. Ela tem muito a contribuir com o ensino de línguas, atingindo diretamente tanto os indivíduos em processo de formação escolar quanto aqueles que buscam a formação continuada, os educadores de línguas.

Olhar o contexto e os objetos de ensino como algo complexo implica concebermos o ensino de línguas como possibilidade de entrelaçar conceitos de diferentes áreas do conhecimento, buscando alcançar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade; buscar o diálogo *entre* as disciplinas e *além* delas.

O domínio de uma única racionalidade atrofiou a compreensão, a reflexão e a visão, diz Morin (2000). O grande paradoxo apontado pelo autor se dá no choque entre avanços gigantescos nos mais variados campos da técnica e a cegueira causada pela segmentação dos saberes. Hoje, o ensino já não deve ser visto pelas lentes do paradigma cartesiano, temos de buscar aprender o que está tecido junto (MORIN, 2000), considerar a visão do todo e das partes que o compõem.

No contexto de ensino formal, a mescla de abordagens visando melhorar a prática didática é positiva. As abordagens não necessitam ser únicas, parece ser mais enriquecedor para o *fazer* docente buscar subsídios em diferentes abordagens.

Os PCN de língua materna, por exemplo, foi construído focando os estudos do Letramento, relevante área da Linguística Aplicada e da Educação. No entanto, percebemos que a Lexicologia poderia também contribuir para fundamentar as teorias

metodológicas para o ensino de línguas, no que diz respeito à noção de palavra e a concepção de léxico e de vocabulário. São assuntos-base que certamente têm muito a contribuir com o trabalho do docente de línguas. Em última instância, poderiam ser concepções transformadoras da prática docente. É certo que o trabalho do professor está sempre em transformação, tal qual o arcabouço lexical dos indivíduos sociais. Em busca de melhorar a qualidade do ensino, há que estabelecer um elo entre a teoria acadêmica e a prática docente.

O ensino de línguas pode ser beneficiado com os conhecimentos teóricos da Lexicologia, quer seja quanto à formação de palavras, como na aquisição do vocabulário, neologia lexical, dentre outros assuntos que envolvem o léxico e o ensino de línguas.

Referências

BARBOSA, M. A. Terminologia aplicada: percursos interdisciplinares. Mato Grosso: Polifonia (UFMT), v. iv, 2009. p. 29 – 44.

BAUMAN, Z. Tempos Líquidos. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 119 p.

BIDERMAN, M T. C. Fundamentos da Lexicologia. In: **Teoria Linguística: teoria lexical e linguística computacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 99 – 155.

BRASIL. **Orientadores curriculares para o ensino médio**. Linguagens códigos e suas tecnologias. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica – Brasília, 2006. 239 p.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, 1997. 144 p.

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2006. 84 p.

GENOUVRIER, E.; PEYTARD, J. Léxico e Vocabulário. In: **Linguística e ensino do português**. Trad.: Rodolfo Ilari. Coimbra: Almedina, 1974. p. 277 – 356.

JAPIASSU, H. **O sonho transdisciplinar: e as razões da filosofia**. Brasília: Editora Imago, 2006. 237 p.

LORENTE, M. A lexicologia como ponto de encontro entre a gramática e a semântica. In: ISQUERDO, A. N. e KRIEGER, M. G. *As ciências do léxico*. vol. II. Campo Grande: UFMS, 2004. p. 19 – 30.

MORAIS, M. M. **O paradigma educacional emergente**. Campinas, SP: Papirus, 1997. 239 p.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990. 177 p.

NERY, L. F. **O Tratamento do léxico nos livros didáticos de língua portuguesa**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/authors/2133/Luciana-Fernandes-Nery>>. Acesso em julho de 2011.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 325 p.

Artigo recebido em: 15.03.2012

Artigo aprovado em: 02.05.2012